



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

29 DE SETEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DA SOLENI-  
DADE DE COMEMORAÇÃO DO ANI-  
VERSÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL  
DE INFORMÁTICA

Senhores Ministros de Estado,  
Ministro Saraiva Guerreiro,  
Ministro Danilo Venturini,  
Coronel Edison Dytz,  
Senhoras e Senhores:

Há cinco anos atrás, no início do meu governo, solicitei do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional que propusesse a atualização de uma Política Nacional de Informática e as normas para a sua execução.

Sabemos hoje, todos, que a Informática é a pedra angular do desenvolvimento econômico e social de um país. De nada adiantaria equacionar os problemas financeiros internos e externos que nos afligem se o nosso parque industrial não se modernizasse a ponto de competir no mercado internacional. O aumento da produtividade na indústria, a melhoria dos serviços, a racionalização

zação das atividades sócio-econômicas em geral não são hoje mais possíveis sem lançar mão dos recursos dessa tecnologia de ponta.

Em outubro de 1979, criei a Secretaria Especial de Informática, como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, com a finalidade de assessorar na formulação da Política Nacional de Informática (PNI) e coordenar sua execução, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão e fiscalização, tendo em vista, especialmente, o desenvolvimento científico e tecnológico no setor.

Tal política objetivava, primordialmente, o desenvolvimento econômico e social do País através da Informática. Este recurso, Senhoras e Senhores, resultado de pesquisas tecnológicas desenvolvidas nos países industrializados não nos pertencia. Surgiu um problema crucial: como informatizar a sociedade brasileira com tecnologias que não dominávamos? Percebemos cedo que somente alcançando a verdadeira capacitação tecnológica poderíamos torná-la acessível ao homem brasileiro, cujo bem-estar social era o objeto principal de nossa preocupação. Por essa razão, a Política Nacional de Informática visou à conquista da capacitação tecnológica dentro da medida de nossas possibilidades. Fomos bem sucedidos. De nove empresas, em 1977, temos, atualmente, mais de cento e cinquenta, parte considerável delas produzindo equipamentos e programas de computador inteiramente desenvolvidos por engenheiros brasileiros.

Meu governo, Senhoras e Senhores, se pautou pelo firme desejo que professei, desde o início, de fazer do Brasil uma democracia. Nessa empreitada, não hesitei em levar o povo brasileiro a tomar consciência dos problemas cuja solução deveria assumir. Hoje, aqui, com-

pleto mais uma etapa desse processo. Ao sancionar a Lei de Informática, entrego à Nação brasileira o instrumento fundamental de condução da Política Nacional de Informática — da construção desta lei participou o País inteiro.

Sobre o arcabouço enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional centenas de emendas foram implantadas. Os representantes da Nação brasileira no Congresso Nacional acolheram as mais diversas correntes de opinião e produziram um texto que representa as aspirações da maioria dos brasileiros. É com orgulho que presido hoje a esta cerimônia. Ela comemora não só os cinco anos bem sucedidos de trabalho da Secretaria Especial de Informática mas a consagração do regime democrático no País.

Muito Obrigado.